

PRECONCEITO: LINGÜÍSTICO OU SOCIAL?

Luciana Morais da Silva

Acreditar na linguagem como importante instrumento de comunicação deveria ser um dos principais motivos de a aquisição da fala ser tão essencial e precoce, pois a fala é um aprendizado igual aos primeiros passos no ambiente familiar, natural e incontrolável.

Há aqui a responsabilidade de estabelecer o conhecimento como algo essencial, porém este deve respeitar os limites do próximo no que diz respeito à formação lingüística do mesmo, visto que um ser humano de origem humilde tem a mesma capacidade de outro, que desfrute das oportunidades mais coerentes com qualquer bom desenvolvimento.

Cada descrição de “erro” necessita de prévia análise e investimento de quem as observa, pois a forma mais vil de discriminar e olhar para o “caipira” e diagnosticá-lo como um diferente, não devido à maneira como ele se expressa, mas por sua origem, mesmo que este consiga expor as suas idéias de modo brilhante.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo discutir o preconceito lingüístico, isto é, um conceito que se forma antes do conhecimento real, o qual corrobora para desestruturar uma organização social, pois uma simples imposição acaba desestimulando o educando que cercado pelo medo do “erro”, ou não apreende o conhecimento necessário ou se entrega à visão de que não pode fugir de seu fracasso escolar.

A norma culta, tida como norma padrão, deveria auxiliar na formação de uma sociedade monolíngue e consciente da estrutura funcional da língua, no entanto, em uma sociedade como a brasileira, tem se tornado um problema, pois esta norma que deveria ter por objetivo a inserção acaba segregando, além de agravar cada vez mais os preconceitos que se disfarçam em forma de língua.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Para estabelecer um início de conversa sobre como se dá o preconceito pensar-se-á a respeito das considerações de Bagno em seu livro “A língua de Eulália”, no qual há um diálogo com o objetivo de conscientizar as pessoas sobre as implicações de um preconceito tão ou mais cruel do que os considerados em sociedades como errados, porque disfarça de “erro” a aversão que um membro da sociedade tem a origem do outro.

O debate aqui apresentado propõe uma preocupação com o quanto à linguagem influencia e é influenciada pela convivência entre as pessoas, ou seja, há a necessidade de estabelecer o quanto às escolhas e as conseqüências das mesmas transformam o cotidiano e a vivência em comum.

O objetivo principal desta abordagem será demonstrar as implicações de um preconceito tão arraigado para a convivência, visto que por ser um assunto que se passa no meio social é enfatizado por pressupostos teóricos, os quais se baseiam na história da língua ou na comparação com outras línguas para fomentar uma análise das implicações de se considerar um uso como “errado” e não como uma marca social, quando na verdade tem sua lógica explicitada na evolução da língua, ou seja, uma maneira diferente do padrão pode ter uma explicação mais correta que o uso considerado “certo”.

OBJETO

Este trabalho tratará do preconceito lingüístico, que nada mais é que um preconceito social, o qual distingue e separa classes sociais, estigmatizando ou prestigiando falantes da língua portuguesa brasileira, ou seja, sua língua materna.

É nítida a influência que a língua, um fator social, tem na vida de nós seres humanos. O modo de falar e escrever diz, ou pode dizer até mesmo de onde o falante se origina e em qual classe está inserido. Assim como o modo de se vestir, o modo de andar, a cor do cabelo, a cor da pele designam o nível social do falante. A fala e a escrita fazem parte de nosso cotidiano, e não devem ser confundidas como sendo a mesma coisa, porque a fala é inerente à pessoa, enquanto a escrita pode ou não ser aprendida.

O preconceito lingüístico é um tema frequentemente abordado por alguns lingüistas com a intenção (dentre outras) de valorizar e conscientizar a existência das variedades “dialetais” brasileiras, pois a língua portuguesa como qualquer outra língua é heterogênea e mutável.

Tais mudanças não são bem aceitas por alguns membros da sociedade, uma minoria pertencente a classes privilegiadas, a partir do momento em que essas variedades passam a ser utilizadas por falantes oriundos da zona rural ou dos subúrbios dos centros urbanos, o que se encontra também nas escolas, as quais desrespeitam seus alunos tentando impor uma unidade lingüística existente apenas na imaginação, ou seja, apesar da enorme diversidade e variabilidade apresentada pela língua, no uso cotidiano, falada no Brasil as pessoas tendem a transformar o idioleto¹¹ (Pretti: 2000: 23) do outro em “erro”.

Sabe-se que o Brasil historicamente foi uma colônia de Portugal, adquirindo sua língua e até mesmo alguns hábitos, contudo é clara a existência de diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal.

Na maioria das sociedades, as pessoas com poder político e aquisitivo acham que tem uma língua mais correta, porém os brasileiros letrados discriminam a si mesmos e aos seus compatriotas pobres (analfabetos ou semi-analfabetos) achando que não falam bem o português, pois acreditam que apenas os portugueses conhecem a língua, isto é, devido à constituição da identidade do povo brasileiro, ter sido historicamente cercada de repressão, há uma falsa visão na qual o português de Portugal se torna algo distante, quando na verdade sabe-se que apenas evoluiu de maneira diferente.

Da mesma forma alguns puristas da língua receiam que o amplo uso de variedades estigmatizadas em detrimento de normas e padrões estabelecidos pela gramática, propiciará a decadência da língua portuguesa, visto que essa variedade, em geral, é apresentada com maior proximidade as crianças, seja ela de qualquer classe social, po-

¹¹ Há em Pretti referências ao significado de idioleto, entretanto fez-se a opção de utilizar Hockett, porém na página apresentada ele cita diversos estudiosos da língua, que em seus textos têm uma definição para este termo. Segundo Hockett o termo idioleto poderia ser definido como: “a totalidade de hábitos da fala de um indivíduo num tempo determinado”.

rém está não aceitação por parte de um grupo é corroborada por uma idéia preconcebida que pretende disfarçar o “politicamente incorreto”, passando a uma análise distanciada das verdadeiras razões para debochar e rir de uma maneira diferente da “padrão”, principalmente quando esta é utilizada por alguém que não pertença ao mesmo grupo.

ANÁLISE DO OBJETO

Marcos Bagno, lingüista brasileiro considera a língua como um elemento de inserção social, com um valor concreto, da mesma forma que os seres humanos falantes dessa língua. No entanto, o que deveria unir, acaba segregando, motivada por um preconceito que exterioriza a língua, tornando-a algo místico, inacessível, visto que transforma um falante de sua língua materna em um aprendiz destinado ao fracasso em sua própria língua.

A norma oculta, aludindo ao autor apresentado acima e, utilizada por falantes letrados, está permeada por um preconceito que diz respeito às classes mais estigmatizadas, as quais quase não têm acesso à educação, pois ele consiste na idéia de que existe apenas uma maneira correta de falar, esta aparece no conjunto de regras e preceitos das gramáticas que em geral, se baseiam nas grandes obras literárias escritas no passado, mostrando um padrão a ser seguido. Muitas pessoas tentam aprender a norma culta a fim de obter uma ascensão social, entretanto tal tentativa é uma utopia, pois dominar as regras da norma padrão não é algo promotor de mobilidade social, senão a maioria dos professores de língua seriam ricos.

Há um preconceito nos brasileiros, em que eles discriminam o próximo por sua opção sexual, cor, sexo, por não saberem português etc., no entanto combater o preconceito lingüístico nem passa pelas suas cabeças, pois é como se não existisse, já os outros tipos de preconceitos são enquadrados dentro dos “politicamente incorretos” como já citados anteriormente.

Bagno em seu livro “Preconceito lingüístico o que é, como se faz”, procura fazer a desconstrução desse preconceito, reconhecendo os motivos deste problema como o analfabetismo, pouco hábito de leitura, gramática tradicional incoerente... Bagno busca também as mudanças nas atitudes dos falantes, na noção de “erro”, enfim, da

maneira como os professores e pessoas de modo geral devem encarar a produção de sua língua materna.

Os erros, consoante a sociedade e descritos pelo autor, respeitam uma estranha regra, na qual o que determina a gravidade de um “erro” ou um “acerto” está nas características sociais dos falantes. Eles se dividem em dois tipos, que recebem o nome de graduais quando ocorre mais nas variedades prestigiadas do que nas estigmatizadas, sendo, menos combatidos e tornando-se “certos” em poucas gerações, e traços descontínuos, quando aparecem mais nas variedades estigmatizadas, sendo ridicularizado pelos falantes de prestígio e pressionado pelos professores nas escolas, com intuito de eliminar esses traços descontínuos de seus alunos provenientes das classes consideradas “inferiores”, demonstrando um preconceito socioeconômico e cultural.

Mário Perini em sua Gramática Descritiva, afirma que o jovem brasileiro tem um tipo de aversão ao estudo da gramática. A intenção de Perini ao escrever esta gramática é construir um pensamento crítico e suscitar debates a respeito da língua. Pois, para ele *a gramática não é garantia de escrever bem*, ou seja, mesmo uma pessoa que conhece bem as normas da gramática pode ser um mau escritor.

Perini, Bagno, além de outros autores concordam no que diz respeito à gramática como forma de “mistificação” da norma culta, ela deve fazer parte do material didático de nossa escola, todavia não deve ser vista como detentora de todas as “verdades” do português, mas sim como um meio de orientação.

Segundo Bagno, há a necessidade de se produzir uma gramática do português brasileiro que descreva e explique, servindo para sanar dúvidas, quando um aluno precisar construir um texto coeso e coerente, defendendo depois a divisão entre uma gramática descritiva que descreva as variedades do português brasileiro (urbana, rural, regional, das classes sociais etc.) e uma de referência que tenha não apenas opções tradicionais, mas opções de igual validade, dando poder de escolha ao falante, quando esse precisar utilizar uma gramática para a construção de um texto mais monitorado.

Tal afirmação de Bagno corrobora a intenção educativa de Bechara (1993: 14 e 15), quando este diz:

No fundo a grande missão do professor de língua materna — no ensino da língua estrangeira o problema é outro — é transformar seu aluno num poliglota dentro de sua própria língua, possibilitando-lhe escolher a língua funcional adequada a cada momento de criação e até, no texto em que isso se exigir ou for possível, entremear várias línguas funcionais para distinguir, por exemplo, a modalidade lingüística do narrador ou as modalidades praticadas por seus personagens.

Assim sendo, haverá *opressão* em “impor”, indistintamente, tanto a língua funcional da modalidade culta a todas as situações de uso da linguagem, como a língua funcional da modalidade familiar ou coloquial, nas mesmas circunstâncias, a todas as situações de uso da linguagem, pois que ambas as atitudes não recobrem a complexa e rica visão da língua como fator de manifestação da liberdade de expressão do homem.

Por outro lado, haverá “liberdade” quando se entender que uma língua histórica não é um sistema homogêneo e unitário, mas um diassistema, que abarca diversas realidades diatópicas (isto é, a diversidade de dialetos regionais), diastráticas (isto é, a diversidade de nível social) e diafásicas (isto é, a diversidade de estilos de língua), e que cada porção da comunidade lingüística realmente possui de direito sua língua funcional, que resulta de uma técnica histórica específica.

Das afirmações realizadas por Evanildo Bechara, nota-se que o professor argumento sobre o respeito que deve-se ter para com a língua, pois esta tem um valor comunicativo, além da necessidade de se estabelecer uma relação de confiança com o aluno que ao entrar em uma sala de aula não se sinta oprimido nem desestimulado a aprender, mas sim completo por em situações de comunicação ter pleno conhecimento e oportunidade de escolha do uso de sua língua.

Além disso, há a necessidade de se pensar a língua como um conjunto heterogêneo e dinâmico, pois com o tempo e a continua variação, esta sofre mudanças que, em geral, não estão presentes nas prescrições que são apresentadas nas Gramáticas Normativas, as quais utilizadas de forma impositiva pelo professor, acabam tornando o aluno um mero receptor, como se este fosse uma tábula rasa, na qual o discente, não constrói, mas apenas reproduz o seu próprio conhecimento com base na repetição.

Historicamente, o português de Portugal passou de clássico a moderno, devido a transformações sociais, provenientes da ascensão da burguesia, a qual se tornou a nova classe prestigiada impondo, as-

sim, sua maneira de falar às outras classes, formando com suas características lingüísticas o português moderno falado até hoje em Portugal. Já no Brasil, o português passou por processos de variação e mudança diferentes dos que ocorreram no território original, mostrando desta forma que o português de Portugal é bem diferente do português do Brasil, pois este preserva traços gramaticais clássicos que até hoje se observa na fala.

O português do Brasil e o de Portugal com o passar do tempo foram sendo adaptados por seus falantes, estes cometendo “erros” ou não. Tais diferenças dificultam até mesmo a compreensão entre falantes, no entanto, parece que os ditos “cultos” não enxergam essas diferenças e teimam em dizer que o brasileiro deixou o português cair em decadência. Desde sua colonização foram tomadas medidas de repressão quanto à diversidade de línguas aqui existentes, principalmente línguas indígenas. Isso significa dizer que o Marquês de Pombal ao decretar o uso da língua portuguesa como majoritária utilizando-se até mesmo da força contra os falantes de outras línguas, enraizou os problemas freqüentes na política lingüística atual. Tais problemas lingüísticos demonstram a insegurança que um falante brasileiro tem a respeito de sua língua de origem, acarretando dificuldades para o aprendizado de variantes privilegiadas pela sociedade.

Atualmente alguns puristas, como Dora Kramer, têm acreditado que a língua está sendo destruída. No entanto, isto só ocorreria caso seus falantes estivessem em extinção ou adotassem outras línguas, fato que ocorre no Brasil, como descrito antes, com as línguas indígenas e não com a língua portuguesa. A crise da língua portuguesa se dá em relação ao seu ensino, que é inadequado com a realidade social, cultural e econômica na qual se encontra a maioria dos estudantes, acarretando grandes dificuldades no aprendizado e até mesmo decepções por parte de alunos mais curiosos e conscientes que se deparam com as incoerências presentes nas gramáticas normativas.

Uma pergunta crucial para o nosso entendimento é: Por quê o brasileiro que aos cinco anos falando sua língua materna, pode ser considerado “errado” por um colega de classe média ou alta que teve mais acesso a cultura letrada? — Talvez ninguém compreenda esta pergunta, mas buscar respostas que as explique é imprescindível, pois o menos letrado conhece bem o português do meio em que vive,

no entanto ao chegar à escola “tudo” que aprendeu com os membros de sua família “cai por terra” e a criança é obrigada a “rever” seus conceitos.

As crianças aprendem a andar, a falar em suas casas, com seus pais, avós, irmãos etc. Isso significa que elas adquiriram sua língua materna, sua “gramática da língua falada”, o que se opõe a gramática normativa de origem portuguesa utilizada nas escolas para o ensino do que é “certo” e “errado”. Assim quando a criança observa que o ensino de seus familiares está “errado”, acaba se confundindo e após passar em média onze anos estudando sentem-se incapazes de usar os recursos de seu próprio idioma. Dessa forma, o português “culto” se torna língua de poucos privilegiados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir é penoso, pois significa que se conseguiu deduzir alguma coisa e idealizar-se-á um desfecho. No entanto, o preconceito lingüístico entranhado na sociedade não pode apenas ser entendido, pois buscar respostas para ele é também tentar encontrar as questões que o causam.

O preconceito é algo que encontramos em nosso cotidiano, e ele se disfarça para tornar a variabilidade lingüística um “erro”.

Há estudos sociolingüísticos os quais mostram que essas idéias preconcebidas sobre o português do Brasil são em sua maioria falhas e tanto quanto autoritárias, pois não tentam explicar a fala dos brasileiros, apenas ditam regras e normas, desprezando (ou menosprezando) seus falantes, não só por cometerem os ditos erros, mas também e principalmente, por não pertencerem à mesma camada social.

As escolas, que deveriam ser um meio de inserção social, são na verdade reprodutoras das diferenças entre classes sociais, pois ensinam português não como forma de aprimorar a fala, mas principalmente com o intuito de valorizar a norma culta, não a utilizada no cotidiano, mas uma norma que tem seu valor representado por uma minoria, a qual presa não apenas a prescrição faz uso desta, da gramática, com o intuito de coagir e demonstrar poder, ou seja, por meio das regras ditadas às classes mais abastadas oprimem os menos

afortunados. Essas instituições, reproduzindo a hierarquia social, dogmatizam a ortografia a tal ponto que acabam estigmatizando e agravando a falta de prestígio social da maioria dos alunos brasileiros.

As idéias preconcebidas sobre a língua são nocivas e coercivas a uma convivência em sociedade, porque elas em geral, se utilizam da norma culta para encontrar “erros” na fala de uma pessoa se baseando não no conhecimento da mesma, mais em sua cor, sexo, religião, região etc.

Talvez procurar as causas deste preconceito e taxá-lo de “errado” também não seja “certo”, pois o que há não é uma tentativa de concertar os “erros” lingüísticos de nossa sociedade, mais um medo de não conseguir continuar impondo suas vontades sobre os demais.

Bagno, Scherre, Perini e outros devem ser aplaudidos por tentarem conscientizar com brilhantismo a respeito do nosso problema, não apenas lingüístico, mas social, o qual vem sendo alicerçado quando dizemos a pessoa ao nosso lado, ou até mesmo um aluno que falam “errado” e não sabem português, palavras estas preconceituosas, faladas algumas vezes sem termos consciência, no entanto carregadas de uma ideologia que deve ser combatida.

O conhecimento da gramática normativa realmente é necessário, não para ditar o certo e o errado, mas para ter o poder de desconstruir a “mistificação” existente ao redor desta disciplina que causa tanto medo e repulsa aos seus estudantes, ou seja, deve-se buscar maneiras de ampliar o horizonte do educando, contudo sempre levando em conta a experiência do mesmo.

Há aqui a necessidade de propor uma concordância com Bagno quando este explicita o caráter emergencial de se compor uma gramática descritiva que sirva de arcabouço teórico no momento da elaboração de um texto escrito, porém deve-se ponderar com Bechara, que enquanto não temos um meio mais eficaz que a gramática normativa, esta pode ser utilizada não para ditar regras, mas com o intuito de estimular no aluno a noção de quão essencial é construir conhecimento de modo a tornar o professor um facilitador e não detentor do conhecimento “mistificado”, que tem se tornado o estudo da língua nas instituições de ensino.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

No momento que se entra em uma sala de aula para aprender ou ensinar deve-se ter prazer e não medo. Não se pode continuar a observar a língua como se ela fosse simplesmente uma abstração, como se seus usuários fossem seus destruidores, sua decadência. Ela é parte do povo e é necessário viver sentindo na alma a essência da própria língua materna.

Como brasileiros e cidadãos do país, deve-se zelar pelo que é do povo e tentar melhorar o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Parábola, 2003.

———. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. 34ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

———. *A língua de Eulália: novela sociolingüística*. 15ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BECHARA, Evanildo. *Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?* 7ª ed. São Paulo: Ática, 1993. Série Princípios.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Manual de expressão oral e escrita*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

Jéferson Assunção. Língua solta contra a norma que exclui
www.sinpro-rs.org.br/extra/mai01/educacao1.asp

REIS, Maria da Gloria Costa. Escola, Instituição de tortura. São Paulo: Scortecci. 2004. www.leialivro.sp.gov.br/texto.php?uid=2994

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

———. *Para uma nova gramática do português*. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

———. *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Ática, 2002.

POSSENTI, Sírio. *Humores da Língua*. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

PRETTI, Dino. *Sociolingüística: os níveis da fala*. São Paulo: Edusp, 2000.